

1. Quanto à Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992), é correto afirmar que:
- a) ela é aplicável aos agentes dos órgãos da Administração Pública direta e indireta, mas também às entidades privadas que realizem funções de interesse público e com recursos do orçamento público, direta ou indiretamente.
 - b) as disposições da lei excluem àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta, sendo nestes casos, imputáveis a ele os crimes da lei geral.
 - c) constituem atos de improbidade administrativa dois grupos: as condutas tipificadas que causem enriquecimento ilícito e as que causam prejuízo ao erário.
 - d) a autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.
 - e) constitui improbidade administrativa o atentado ao sigilo de correspondência.
2. Em relação à licitação, é correto afirmar que:
- a) é dispensável a licitação em contratos firmados entre pessoas ligadas à própria Administração Pública, as quais tenham sido criadas para o fim específico do contrato em data anterior à Lei 8.666/1993, não sendo esta condição extensível às Sociedades de economia mista ou empresas públicas por não se enquadrarem como pessoas jurídicas de direito público interno.
 - b) em razão dos tratados firmados pela República Federativa do Brasil, não subsiste a possibilidade de margem de preferência ("reserva de mercado") para produtos manufaturados e serviços nacionais.
 - c) a reparação, adaptação e manutenção de prédio público, destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, classifica-se como obra.
 - d) a execução indireta pode ser contratada nas modalidades de empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, empreitada integral, tarefa e projeto básico.
 - e) obras e serviços somente poderão ser licitados se houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso ou previsão de obtenção de recursos financeiros para sua execução.

3. Quanto à responsabilidade civil do Estado, avalie os itens abaixo e assinale a alternativa correta.
- I. São pressupostos para aplicação da responsabilidade objetiva a ocorrência do "fato administrativo", o dano e o nexo causal.
 - II. A aplicação da responsabilidade objetiva do Estado exclui a necessidade de prova da culpa do agente estatal, bem como a de eventual participação do lesado quando tiver concorrido com culpa para o evento danoso.
 - III. Em relação a ocorrência dos "fatos imprevisíveis", como força maior e caso fortuito, importa verificar o fato e os danos causados, pois em havendo "concausa" pela ação ou omissão do Estado, não há excludente de responsabilidade.
- A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:
- a) I
 - b) II
 - c) III
 - d) I, II e III
 - e) I e III
4. Considerando-se a doutrina administrativa brasileira sobre poder de polícia, avalie os itens a seguir e assinale a alternativa correta.
- I. O poder de polícia administrativo das pessoas políticas da federação, inclusive Estados-membros, Distrito Federal e Municípios é classificado como misto.
 - II. A doutrina não admite a existência de poder de polícia delegado, pela impossibilidade de outorga a pessoas jurídicas de natureza privada.
 - III. O exame de ordem mantido pela OAB não pode ser admitido como poder de polícia baseado na faculdade genérica de fiscalização profissional, mesmo havendo lei regulamentadora.
- A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:
- a) III
 - b) I
 - c) II
 - d) II e III
 - e) I, II e III

5. Para o direito civil brasileiro, a respeito da cessão de contrato, é correto afirmar que:
- a) deverá observar os requisitos da celebração de um negócio jurídico entre cedente e cessionário, a integralidade da cessão e a anuência expressa da outra parte.
 - b) o novo código civil brasileiro de 2002, assumindo a teoria unitária, admite a cessão de contrato como regra, mesmo em relação a obrigações personalíssimas.
 - c) os contratos de cessão de locação, em que o contrato-base é transferido, assumindo o cessionário todos os direitos e obrigações resultantes, não se inclui entre exemplos de cessão de contrato.
 - d) não é possível, sob pena de fraudar a liberdade contratual, o estabelecimento de cláusula proibitiva de cessão de contrato.
 - e) os contratos de empreitada não podem ser objeto de cessão.
6. Em relação aos bens e classes de bens, dispõe o Código Civil Brasileiro:
- a) os frutos e produtos não podem ser objeto de negócio jurídico, caso não estejam separados do bem principal.
 - b) são consideradas benfeitorias aqueles melhoramentos ou acréscimos que sobrevenham, mesmo sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor, contanto que tenham agregado valor ao bem.
 - c) elemento comum à caracterização das universalidades de fato e às de direito é que ambas, sejam pluralidades de bens singulares, sejam complexo de relações jurídicas, devem ser pertinentes a uma mesma pessoa.
 - d) o Código Civil Brasileiro conceitua credor putativo aquele que sub-roga-se no crédito de anterior credor por título válido, ainda que não comunicando os devedores sucessivos.
 - e) o pagamento a credor putativo é considerado válido, mas não se classifica como forma de extinção da obrigação pela necessidade de homologação judicial da quitação.
7. A respeito da aplicação da *Disregard Doctrine* no direito brasileiro, avalie as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.
- I. Na hipótese de arrematação da empresa falida ou suas filiais, a nova lei de falências permite a responsabilização do arrematante quando for sócio de sociedade falida ou identificado como agente do falido com objetivo de fraudar a sucessão, admitindo, portanto, expressamente a desconsideração da personalidade jurídica.
 - II. O reconhecimento da realidade de fato do grupo de empresas e a possibilidade de sua responsabilização conjunta é admitido no direito brasileiro a partir do novo Código Civil de 2002.
 - III. O desvio de finalidade e a confusão patrimonial são os critérios de caracterização do abuso de personalidade jurídica, o qual autoriza a aplicação da sua desconsideração.
- A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:
- a) II
 - b) I
 - c) I e II
 - d) I e III
 - e) I, II e III
8. Em relação ao crime de falsificação de documento público, assinale a alternativa correta.
- a) A adulteração grosseira não configura, por si, o crime, mas pode ser meio ou instrumento para a prática de outro crime.
 - b) A falsificação deve produzir documento totalmente novo, feito pelo agente.
 - c) Consoante têm decidido os Tribunais, os documentos fotocopiados sem autenticação, conforme sua destinação de uso, podem ser considerados documentos públicos para fins do crime de falsificação em comento.
 - d) Os documentos emanados de entidades paraestatais, como as sociedades de economia mista, tais como títulos de crédito ao portador, não se incluem no tipo penal.
 - e) Não configura o tipo penal a omissão do nome do segurado, dados pessoais e remuneração, quando pertinentes, pois não há figura omissiva neste crime.

9. Quanto à Lei de Abuso de autoridade (Lei 4.898/1965), afirma-se que:
- a) ela é aplicável aos agentes dos órgãos da Administração Pública direta e indireta, mas também às entidades privadas que realizem funções de interesse público e com recursos do orçamento público, direta ou indiretamente.
 - b) a penalidade pelo abuso de autoridade é civil e administrativa e poderá importar em multa e na perda e inabilitação para qualquer função pública por até 3 anos, respectivamente.
 - c) constitui abuso de autoridade submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento.
 - d) a representação dirigida à autoridade administrativa deverá ser promovida pela vítima do abuso para a apuração de eventual responsabilidade civil ou penal ou ambas, da autoridade culpada.
 - e) constitui abuso de autoridade o atentado ao sigilo de correspondência.
10. Em relação ao crime de corrupção ativa, entende-se corretamente que:
- a) a vantagem indevida oferecida ou prometida ao funcionário público no tipo penal e que o leva a praticar, omitir ou retardar ato de ofício, deve possuir, ainda que minimamente, um conteúdo econômico.
 - b) é crime bilateral, cuja caracterização exige a demonstração do crime de corrupção passiva da parte do funcionário público.
 - c) o sujeito ativo é funcionário público *lato sensu*, não se exigindo, portanto, que seja efetivo.
 - d) na forma culposa do crime de corrupção ativa, o agente não tinha plenas condições de saber da condição de funcionário público do assediado.
 - e) o ato de ofício deve ser inerente às atividades do funcionário, não necessitando ser ilícito.
11. Quanto aos tipos de Constituição, afirma-se que:
- a) a Constituição Inglesa é um exemplo típico de Constituição totalmente costumeira, não havendo textos escritos que componham seu sistema.
 - b) a possibilidade de incorporação dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos à Constituição brasileira, mediante aprovação pelo Congresso, pode classificá-la, ainda que timidamente, como Constituição legal, ou seja, apresentada em mais de um texto.
 - c) um exemplo de Constituição analítica, quanto à forma, é a Constituição dos EUA, pois está em vigor há mais de duzentos anos.
 - d) segundo o critério de mutabilidade ou alterabilidade, a Constituição brasileira de 1988 é fixa, tendo em vista as cláusulas pétreas do art. 60, parágrafo 4º.
 - e) a Constituição brasileira de 1988, considerado o catálogo de direitos fundamentais ampliados do art. 5º, pode ser classificada como liberal, quanto ao conteúdo ideológico.
12. Considerando a evolução do controle difuso de constitucionalidade na jurisprudência do STF, é correto afirmar que:
- a) a arguição de inconstitucionalidade é o próprio objeto da ação, constituindo questão principal, e a sentença tem efeito *inter partes*.
 - b) segundo a teoria da transcendência dos motivos determinantes da sentença, têm-se admitido, em alguns casos, o efeito vinculante *erga omnes* das decisões em controle difuso.
 - c) na hipótese de recurso extraordinário, em face da crescente "abstrativização" do controle difuso, as decisões terão seus efeitos *ex nunc*.
 - d) a doutrina não faz distinção, quanto aos efeitos, e tendo como base a recente jurisprudência do STF, entre controle difuso e concentrado de constitucionalidade.
 - e) a "abstrativização" dos efeitos da decisão do STF em controle difuso depende de resolução do Senado Federal, segundo regra do art.52, X da CF/1988.

13. As Constituições de Estados Federativos costumam adotar regras para distribuição de competências constitucionais, administrativas e legislativas. Assim também a Constituição Brasileira de 1988. Quanto à repartição de competências legislativas, afirma-se que:

- a** a Constituição define as competências conforme regras taxativas, distribuindo-as para a União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios exclusivamente.
- b** em matéria de competência comum, caberá à União legislar sobre normas gerais e aos Estados-membros e Distrito Federal, legislar de forma complementar.
- c** cabe concorrentemente a União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios legislar sobre as custas dos serviços forenses.
- d** a lei federal sobre normas gerais revoga da lei estadual anterior, apenas naquilo que lhe for contrário, restringindo-lhe a competência legislativa plena.
- e** ficam reservadas para os Estados-Membros todas as matérias que não lhes sejam vedadas, cabendo a eles, portanto, a competência legislativa residual.

14. Uma das mais relevantes garantias de direitos fundamentais é o Mandado de Segurança. A seu respeito, depreende-se, segundo a Constituição Federal de 1988:

- a** é garantia de direito fundamental, cuja natureza não depende de prova que o constitua, devendo ser demonstrada apenas a sua violação por ilegalidade e abuso de poder praticado por autoridade pública ou seu agente no exercício de atribuição pública.
- b** é garantia de direito fundamental líquido e certo, que visa resguardá-lo contra ilegalidade e abuso de poder cometido por autoridade pública ou seu agente, como no caso de prisões ilegais.
- c** o mandado de segurança pode ser impetrado por partido político, contanto que tenha alguma representação no Congresso Nacional ou Assembleia Legislativa.
- d** o mandado de segurança pode ser impetrado por sindicato em defesa de direitos ou interesses difusos.
- e** os "direitos líquidos e certos" a que se refere a Constituição Federal no caso do mandado de segurança, são a moralidade administrativa, o patrimônio público, cultural e ambiental.

15. O Mandado de Injunção (MI) é instituto trazido pela Constituição brasileira de 1988 e figura dentre as garantias de direitos fundamentais. Acerca dele é correto afirmar que:

- a** seu propósito é suprir a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades fundamentais.
- b** não são legitimadas a ingressar com o *writ* as pessoas jurídicas de direito público.
- c** são demandados na ação a pessoa estatal e, eventualmente, a pessoa jurídica de direito privado a qual, em uma situação concreta, direta ou indiretamente, caiba a regulamentação omissa.
- d** a jurisprudência do STF passou a adotar, nos últimos anos, posição segundo a qual na decisão que acolhe o Mandado de Injunção, reconhece-se a omissão e o Tribunal a supre, regulamentando o caso concreto, com efeitos erga omnes.
- e** a posição do STF afirma que o Mandado de Injunção não pode ser utilizado, pois ele próprio carece de norma regulamentadora.

16. Quanto aos servidores públicos civis, as disposições estabelecidas na Constituição Federal de 1988, com respectivas reformas, afirma-se que:

- a** tais disposições, considerado o sistema federativo adotado pela República Brasileira, aplicam-se aos servidores públicos civis da União, sendo inaplicáveis aos demais servidores nos Estados Membros, Distrito Federal e Municípios.
- b** a União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios poderão fixar como teto de aposentadoria e pensões para todos os seus servidores, o mesmo aplicado aos segurados do Regime Geral de Previdência Social.
- c** é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria em Regime Próprio de Previdência Social.
- d** o tempo de serviço federal, estadual e municipal será contado para fins de disponibilidade e o de contribuição, para aposentadoria, a qual, não poderá exceder a remuneração do respectivo cargo efetivo.
- e** a remuneração dos servidores está constitucionalmente protegida pela regra da irredutibilidade, tal como a dos trabalhadores da iniciativa privada, excetuando-se, no caso deste, acordos coletivos ou convenções.

17. Cabe a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, segundo a Constituição Estadual de 1989:

- a** julgar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios.
- b** a organização administrativa, judiciária, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Procuradoria-Geral do Estado, do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios, sem necessidade de sanção do Governador.
- c** apreciar, anualmente, as contas de sua Mesa Diretora, após julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, sem participação dos membros da Mesa, funcionando como Presidente, neste procedimento, o Deputado mais idoso.
- d** processar e julgar o Procurador-Geral de Justiça e o Procurador-Geral do Estado, nos crimes de responsabilidade, sob a direção do Presidente da Assembleia Legislativa.
- e** partidos políticos, associação ou sindicato são parte legítima para, na forma da lei, denunciar crimes de responsabilidade de quaisquer autoridades e irregularidades ou ilegalidades perante a Assembleia Legislativa, devendo o cidadão fazer-se por eles representar.

18. A respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) é correto afirmar que:

- a** seu objeto é lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal em ofensa à Constituição Federal, possuindo legitimação ativa taxativa prevista na CF/1988.
- b** a lei 9.868/1999 introduziu a possibilidade de designação de audiências públicas para esclarecimento de matéria ou circunstância de fato, ou ainda de notória insuficiência de informações nos autos, por determinação de qualquer Ministro ou do Pleno do STF.
- c** o STF vincula-se a tese apresentada na ADI, não estando vinculado apenas à *causa petendi*, dada a natureza objetiva do processo de controle de constitucionalidade abstrato exercido pela ADI.
- d** por se tratar de processo objetivo não existe prazo decadencial ou prescricional para seu ajuizamento, pois atos inconstitucionais não se convalidam pelo decurso do tempo.
- e** a ADI admite a figura do *amicus curiae*, mediante decisão do pleno do STF, da qual não caberá recurso.

19. Os tratados internacionais sobre direitos humanos no Brasil são objeto de amplo debate acerca das condições de sua incorporação ao ordenamento jurídico pátrio. A respeito de tal debate, após a EC 45/2004, afirma-se que:

- a** pela regra do parágrafo 3º do art. 5º da CF/88, caso o Congresso Nacional confirme os tratados e convenções sobre direitos humanos adotando o processo legislativo previsto para aprovação de emendas constitucionais, esses ingressariam na ordem jurídica nacional em tal condição para todos os efeitos.
- b** a polêmica anterior em torno da natureza jurídica dos tratados e convenções sobre direitos humanos, foi resolvida pela EC 45/2004 quando o seu parágrafo 3º passou a afirmar que aqueles aprovados anteriormente são recepcionados como emendas constitucionais.
- c** a não-aprovação pelo quórum qualificado, conforme processo previsto no parágrafo 3º do art. 5º, importa em rejeição do tratado ou convenção sobre direitos humanos.
- d** a jurisprudência dominante do STF ainda adota a licitude e aplicabilidade da prisão do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito, em razão da aprovação do Tratado de São José da Costa Rica ter sido anterior a EC 45/2004.
- e** a jurisprudência do STF equipara, após 2004, a supralegalidade dos tratados e convenções sobre direitos humanos ao caráter constitucional de tais diplomas no ordenamento jurídico brasileiro, sendo aptos, portanto, a revogar disposições constitucionais.

20. O constitucionalismo é um movimento anterior ao advento das Constituições modernas e plasmou as democracias liberais. Na sua base, a teoria do Poder Constituinte altera profundamente as concepções anteriores sobre os fundamentos do poder político. No que se refere a teoria supracitada é correto afirmar que:

- I. O poder constituinte originário é o que faz a Constituição e, em razão da estrita legalidade, obedece limites formais, sendo essencialmente jurídico.
- II. O poder constituído ou derivado conhece limitações tácitas e expressas, sendo poder notadamente jurídico, tendo como objeto a reforma do texto constitucional.
- III. De acordo com a doutrina da soberania nacional, o poder constituinte é exercido pelos órgãos constituídos de uma nação, como titulares de uma soberania ordinária.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** I
- b** III
- c** I e II
- d** II
- e** I e III

21. Sobre o Sistema Tributário Nacional é correto afirmar que:

- a** para as doutrinas mais recentes, como o Sistema Tributário Nacional têm sua gênese nas normas constitucionais, o tributo é um sistema de positivação.
- b** segundo o Sistema Tributário Nacional a regra matriz de incidência tributária está prevista na Constituição Federal.
- c** de acordo com o Sistema Tributário Nacional normas individuais e concretas como o lançamento veiculam exclusivamente penalidades.
- d** o Sistema Tributário Nacional estabelece que os tributos serão criados por Lei Complementar.
- e** as normas gerais e abstratas do Sistema Tributário Nacional não preveem penalidades.

22. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. O caráter extrafiscal de tributos como o Imposto de Importação, Imposto de Exportação, IPI e IOF gerou a mitigação do Princípio da Legalidade.
- II. O Princípio da tipicidade não é um corolário do Princípio da legalidade.
- III. Segundo o STF, a fixação de prazo para recolhimento do tributo é matéria que foge ao Princípio da Estrita Legalidade.
- IV. A alteração da alíquota de ICMS sobre combustíveis, na regra do art. 155, §4º, IV da CF/88, é um exemplo de exceção ao Princípio da Estrita Legalidade.
- V. Segundo entendimento do STF fere o Princípio da Estrita Legalidade a majoração de tributo por meio de Medida Provisória.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** I, III e IV
- b** I, III e V
- c** II, III e IV
- d** I, II e V
- e** II, IV e V

23. Sobre a competência tributária é correto afirmar que:

- a** os Estados da Federação, segundo o STF, não têm competência para editar Medida Provisória em matéria tributária.
- b** a disposição sobre conflitos de competência entre os Entes Federativos, em matéria tributária, segundo o art. 146, I da CF/88 cabe à Lei Ordinária.
- c** ante a expressa previsão constitucional, detalhamentos normativos do ICMS e ITCMD, só podem ser tratados por Lei Complementar.
- d** a competência tributária ativa está diretamente ligada à capacidade tributária passiva.
- e** a competência tributária não se vincula às Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar.

24. Sobre as taxas e o pedágio é correto afirmar que:

- a** o pedágio, segundo entendimento do STF, é uma taxa e não um preço público.
- b** as taxas não podem ser criadas pelos Conselhos de Classe, porque esses não exercem poder de polícia.
- c** a base de cálculo do pedágio não é o custo do serviço público afeto à conservação da via.
- d** à luz do Princípio da liberdade de locomoção, o pedágio é inconstitucional.
- e** quando o ICMS é exigido em postos em divisas de Estados-membros ele se confunde com o pedágio.

25. Sobre a Teoria Geral do Direito Tributário é correto afirmar que:

- a** a Lei que institui o tributo esclarece a regra matriz de incidência, sendo esta composta de antecedente e consequente da norma.
- b** a Lei que cria o tributo identifica o fato gerador, a base de cálculo e a alíquota, mas não os sujeitos da obrigação tributária, pois estes têm previsão constitucional.
- c** a Constituição Federal em matéria tributária se cinge a estabelecer competências tributárias aos entes que compõem a Federação.
- d** as Limitações ao Poder de Tributar são normas gerais e abstratas dirigidas ao sujeito passivo do crédito tributário.
- e** à luz do Código Tributário Nacional (CTN), o crédito tributário se constitui juntamente com o surgimento da relação jurídica obrigacional, independentemente do lançamento.

- 26.** Sobre as Limitações ao Poder de Tributar, é correto afirmar que:
- a** a imunidade e a isenção são sempre constitucionais, enquanto a não-incidência reflete a inércia do legislador infraconstitucional.
 - b** a não-incidência, embora prevista na Constituição Federal, evidencia uma competência atribuída não exercida.
 - c** há doutrinadores que defendem que a imunidade e a isenção são formas jurídicas da não-incidência.
 - d** a imunidade é a não-incidência prevista na lei, e a isenção é a não-incidência prevista na constituição.
 - e** tanto a imunidade quanto a isenção são consideradas pela doutrina majoritária como formas de desoneração tributária.
- 27.** Sobre a isenção tributária é correto afirmar que:
- a** a isenção é um benefício tributário, sem repercussão financeira, podendo ser concedida, no caso do ICMS, por Lei estadual.
 - b** a isenção é um benefício tributário que para ser concedido, no caso do ICMS, precisa de aprovação no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) e adequação à LRF.
 - c** a isenção por ser uma Limitação ao Poder de Tributar prevista na Constituição Federal, prescinde de lei.
 - d** a isenção deriva de ato de política pública para atração de investimentos regionais, daí dispensar adequação financeira.
 - e** o diferimento é uma modalidade de isenção, segundo o STF, daí também prescindir de adequação financeira.
- 28.** Sobre a Súmula Vinculante 24 do STF é correto afirmar que esta:
- a** sedimentou a necessidade de manutenção pelo Fisco da representação fiscal para fins penais.
 - b** derivou do julgamento de um Mandado de Segurança em matéria de crime contra a ordem tributária.
 - c** vinculou o processo administrativo fiscal ao processo criminal tributário.
 - d** esclareceu que a ausência de pagamento do tributo não importa em crime de sonegação fiscal.
 - e** definiu que é necessária a finalização do processo administrativo fiscal para identificação da ocorrência ou não de certo tipo penal.
- 29.** Sobre o Princípio da Praticidade é correto afirmar que:
- a** o Princípio da Praticidade não representa um abrandamento da capacidade contributiva.
 - b** Regimes Especiais, pelos quais é delegado ao Executivo a criação de pautas de valores em substituição a preços reais das operações realizadas não têm subsídio no Princípio da Praticidade.
 - c** a substituição tributária "pra frente", e o imposto de renda retido na fonte são exemplos de regras fundadas no Princípio da Praticidade.
 - d** o Princípio da Praticidade não é implícito e sim escrito na Constituição em regras que garantem a simplificação da execução das leis.
 - e** as tabelas de valores de veículos automotores estabelecidas do valor venal dos veículos usados com base no valor médio para IPVA não se baseiam na praticidade.
- 30.** Um contribuinte de ICMS detentor de várias empresas com Inscrição Estadual e CNPJ diferentes precisava manter seu regime tributário especial (alíquota reduzida), embora a sua empresa pleiteante do regime especial estivesse sem qualquer débito fiscal, uma outra empresa também de sua titularidade estava com dívidas tributárias em discussão em ação anulatória. Como a norma estadual que regula a concessão do regime especial prevê a impossibilidade de concessão do mesmo, quando sócio da empresa que pleiteia o regime for sócio em outra empresa com débito inscrito em dívida ativa, requereu o contribuinte, nos autos da ação anulatória, a tutela antecipada para suspensão da exigibilidade do crédito, nos termos do art. 151, V do CTN. A tutela foi denegada. O contribuinte, então, ofereceu um bem em garantia, cujo valor contemplava a integralidade do débito. Assim, é correto afirmar que:
- a** o juízo ao receber o bem ofertado na ação anulatória, automaticamente suspende a exigibilidade do crédito, conforme recente entendimento do STJ.
 - b** segundo recente entendimento do STJ, o oferecimento de garantia idônea obsta a inclusão do nome do devedor no CADIN.
 - c** o indeferimento de tutela antecipada inviabiliza o oferecimento de bem em garantia.
 - d** o bem oferecido em garantia pelo contribuinte não pode ser aceito pelo juízo porque não está no rol da extinção do crédito tributário do CTN.
 - e** como não foi suspensa a exigibilidade do crédito, o bem ofertado em garantia não suspende a execução fiscal posteriormente ajuizada.

31. Sobre a repetição do indébito tributário é correto afirmar que:

- a** antes do advento da LC 118/2005 o prazo para o contribuinte pleitear a repetição do indébito em caso de tributos sujeitos a lançamento por homologação era de cinco anos.
- b** o STJ firmou o entendimento dos chamados "cinco anos mais cinco" para pedidos de repetição de indébito tributário anteriores à LC 118/2005, para os tributos em geral.
- c** a LC 118/2005 restringiu o prazo do contribuinte para pleitear a repetição do indébito para os tributos em geral.
- d** a regra dos "cinco anos mais cinco" para fins de repetição do indébito norteia ainda hoje os julgamentos do STJ, relativamente aos tributos devidos após 2005.
- e** com o advento da LC 118/2005, a regra dos "cinco anos mais cinco" , nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, criada pelo STJ, foi afastada, reduzindo-se o prazo para cinco anos contados do pagamento indevido.

32. Com relação à prescrição e decadência é correto afirmar que:

- a** desde o advento da Constituição de 1988 restou pacificado pelo STF que os prazos decadenciais e prescricionais das contribuições sociais eram do CTN.
- b** a Súmula Vinculante nº 8 do STF resolveu a controvérsia sobre os prazos prescricionais e decadenciais das contribuições sociais.
- c** a Súmula Vinculante nº8 do STF não revogou os artigos da Lei 8.212/1991 que tratavam de prazos decadenciais e prescricionais das contribuições sociais.
- d** os prazos decadenciais e prescricionais das contribuições sociais passaram a ser os do CTN não com a Súmula Vinculante nº8 do STF, mas sim com o advento da LC 128/2008.
- e** como a Constituição Federal/1988 atribuiu às contribuições sociais a característica de espécie tributária, os arts. 45 e 46 da Lei 8.212/1991 não eram aplicados até a edição da Súmula Vinculante nº8 do STF.

33. Sobre a anistia é correto afirmar que esta:

- a** elimina a antijuridicidade do ato.
- b** exclui a existência da infração.
- c** incide sobre o fato jurídico infrator.
- d** ao excluir o crédito tributário envolve a remissão.
- e** é o perdão da penalidade aplicada pelo ato ilícito.

34. Sobre Responsabilidade e a Taxa Selic é correto afirmar que:

- a** na sucessão, o direito à repetição do indébito não assiste ao sucessor, pois este configura direito personalíssimo.
- b** segundo entendimento majoritário do STF, as multas moratórias, por terem caráter punitivo, são transferidas aos sucessores.
- c** a doutrina nacional é uníssona em afirmar que as multas moratórias, por terem caráter punitivo, não podem ser transferidas aos sucessores.
- d** o STJ entende que a antecipação do pagamento de tributos não configura pagamento indevido que justifique a incidência da Taxa Selic.
- e** com o advento da Taxa Selic, a multa de mora deixou de ser cobrada porque esta envolve a correção monetária e o juros de mora.

35. Sobre a Certidão de Dívida Ativa (CDA), analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. Atualmente, a Receita Federal do Brasil, alguns Estados e Municípios têm feito uso do protesto de CDA's como meio de recuperação de créditos tributário e não-tributários.
- II. O STJ tem decisões que inadmitem o interesse ao Ente Público que justifique o protesto de CDA's, considerando a presunção de certeza e liquidez da mesma.
- III. O protesto extrajudicial de CDA's é possível com relação às dívidas tributárias, mas não com relação às não-tributárias.
- IV. O conceito de tributo para fins de protesto das CDA's é previsto em Portaria Interministerial específica para esse fim.
- V. Os contribuintes valer-se-ão como alegação judicial contrária ao protesto das CDA's tratar-se o ato de coação desnecessária em razão da regulação da LEF.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** I, II e III
- b** III, IV e V
- c** II, III e IV
- d** I, IV e V
- e** I, II e V

36. Sobre a Taxa de Fiscalização e de Serviços Diversos assinale a alternativa correta.

- a** Será aplicada multa de 100% (cem por cento) do valor da taxa quando o contribuinte fraudar guias de recolhimento.
- b** O requerimento do interessado solicitando a prestação do serviço independe de prova de quitação da taxa.
- c** Pessoa Jurídica não pode ser contribuinte da taxa.
- d** O pagamento da taxa deve ser realizado após a ocorrência do fato gerador.
- e** São isentos da taxa, desde que declarado o fim único e exclusivo, os atos referentes aos presos pobres.

37. A respeito da Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM), analise as afirmativas.

- I. Ainda que o valor da taxa seja calculado com base na tonelada de minério extraído, a norma faculta ao Poder Executivo reduzir o valor cobrado diante das condições nela fixadas.
- II. A TFRM será apurada mensalmente e recolhida até o primeiro dia útil do mês seguinte à extração do recurso mineral.
- III. O contribuinte que utilizar documento fraudado a fim de se eximir do pagamento da TFRM fica sujeito a multa de 210% (duzentos e dez por cento) do valor da taxa devida.
- IV. A Lei Estadual nº 7.591/11 entrou em vigor na data de sua publicação oficial, mas os artigos 2º a 12 tiveram sua produção de efeitos postergada.
- V. As pessoas físicas, bem como o microempreendedor individual, a microempresa e a empresa de pequeno porte, são isentos do pagamento da taxa.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** I, II e III
- b** I e IV
- c** II, IV e V
- d** III e V
- e** II, III e IV

38. Assinale a alternativa que corresponde a uma operação isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD):

- a** Aquisição, por transmissão "Causa Mortis", de imóvel destinado exclusivamente à morada do cônjuge supérstite, herdeiros ou legatários, desde que o "de cujus", o cônjuge supérstite, o herdeiro e o legatário possuam outro imóvel.
- b** Aquisição, por transmissão "Causa Mortis", de imóvel rural com área não superior a vinte e cinco hectares, de cuja exploração do solo dependa o sustento da família dos herdeiros ou do cônjuge supérstite e que tenha cabido por partilha, desde que outro não possua.
- c** Doação de imóvel rural, com área não superior a vinte e cinco hectares, com objetivo de implantar o Programa de Reforma Agrária instituído pelo Governo.
- d** Doação ou transmissão "Causa Mortis" de aparelhos, móveis e utensílios de uso doméstico, joias e itens de vestuário.
- e** Doação de imóvel a associações caritativas ou entidades religiosas domiciliadas no Estado do Pará que apliquem o produto de seus trabalhos no Estado e atendam às condições dispostas em regulamento.

39. Considerando as disposições legais a respeito do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), assinale as proposições abaixo em Verdadeiro ou Falso, e a seguir indique a opção que contém a sequência correta.

- () A base de cálculo do imposto será arbitrada, nos termos legais, quando o valor constante no documento fiscal for menor que o preço praticado no mercado.
- () O servidor que autorizar ou efetuar o registro e licenciamento de veículo de qualquer espécie sem a prova do pagamento ou do reconhecimento da isenção ou não-incidência do imposto é responsável solidário pelo seu pagamento.
- () Em caso de perda da isenção, considera-se ocorrido o fato gerador no dia 1º de janeiro do exercício subsequente à tal perda.
- () A Secretaria Executiva de Estado da Fazenda dispensará o pagamento do imposto quando ocorrer perda total do veículo por furto, roubo ou sinistro, restituindo, após requerimento, os valores já recolhidos pelo contribuinte.

A sequência correta é:

- a** V,F,F,V
- b** F,V,F,V
- c** V,V,F,F
- d** V,F,V,F
- e** F,F,V,V

- 40.** Considerando as normas relativas ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), assinale a alternativa correta.
- a** O município tem direito a 25% do produto da arrecadação do IPVA de veículos licenciados em seu território.
 - b** São isentos do IPVA os veículos empregados no transporte escolar.
 - c** O pedido de parcelamento será indeferido, se não realizada a denúncia espontânea pelo sujeito passivo no prazo legal.
 - d** Os veículos de uso rodoviário com mais de 10 (dez) anos de fabricação tornaram-se isentos de IPVA a partir de 2012.
 - e** A alienação do veículo é vedada caso exista débito de IPVA a ele relativo.
- 41.** Sobre o procedimento administrativo tributário no Estado do Pará, assinale a alternativa correta.
- a** Existindo clara capitulação legal da imposição, é dispensável, no Auto de Infração e Notificação Fiscal, a descrição da matéria tributável.
 - b** O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação às infrações anteriores e, após intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.
 - c** O depósito administrativo do valor do crédito tributário questionado evita a aplicação de qualquer acréscimo decorrente da mora.
 - d** O tributo declarado periodicamente pelo sujeito passivo e respectivos acréscimos legais não serão objeto de impugnação.
 - e** Não se admite o uso de meio eletrônico na comunicação de atos ou na transmissão de peças processuais no procedimento administrativo tributário estadual.
- 42.** Em relação aos benefícios fiscais relacionados ao ICMS, assinale a alternativa que contém benefício cuja concessão prescinde da celebração de convênios pelas Unidades da Federação.
- a** Redução, mediante incentivos fiscais, do ônus do ICMS
 - b** Imunidade tributária
 - c** Devolução de imposto a contribuinte
 - d** Concessão de crédito presumido
 - e** Redução de base de cálculo
- 43.** Considerando o disposto na Lei n.º 6.182/98 e no Decreto n.º 3.578/99, analise as afirmativas abaixo.
- I. Ainda que já instaurado procedimento administrativo tributário contra o sujeito passivo, há permissivo legal para o restabelecimento da possibilidade de apresentação de denúncia espontânea.
 - II. Quando não apresentar demonstração de causa fática que o justifique, o recurso interposto perante o Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários não será conhecido.
 - III. Considera-se realizada a intimação por edital na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
 - IV. Em caso de decisão de primeira instância contrária à Fazenda Pública que se refira, exclusivamente, a obrigação acessória, o recurso de ofício é facultativo.
 - V. A interpretação e a aplicação da legislação tributária poderá ser determinada pelas Câmaras do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários sob a forma de resolução interpretativa.
- A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:
- a** I, II e IV
 - b** II, IV e V
 - c** I, II e III
 - d** I, III e V
 - e** III, IV e V
- 44.** A respeito do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) assinale a alternativa correta.
- a** A concessão de benefícios do imposto dependerá de decisão unânime das Unidades da Federação e a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos das unidades federadas.
 - b** Constituem fato gerador de ICMS as operações interestaduais relativas a energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização.
 - c** A caracterização do fato gerador do ICMS depende da natureza jurídica da operação que o constitui.
 - d** Pessoa física que importe do exterior bem para uso pessoal é contribuinte do ICMS.
 - e** O ICMS pago pelas empresas de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros é calculado de acordo com os índices de atualização tarifária.

45. A respeito do ICMS, analise as afirmativas abaixo.

- I. Para efeito de exigência do imposto por substituição tributária, inclui-se, também, como fato gerador do imposto, a entrada de mercadoria ou bem no estabelecimento do adquirente ou em outro por ele indicado.
- II. Quando a mercadoria for remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, no mesmo Estado, a posterior saída considerar-se-á ocorrida no estabelecimento do depositante, ainda que a mercadoria retorne ao estabelecimento remetente.
- III. O sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado sempre que a mercadoria entrada no estabelecimento deteriorar-se.
- IV. Do produto da arrecadação efetiva do ICMS, 50% (cinquenta por cento) constituem receita dos Municípios, cujas parcelas serão creditadas conforme dispuser a legislação federal aplicável.
- V. Nas operações e prestações interestaduais entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, caso haja reajuste do valor depois da remessa ou da prestação, a diferença fica sujeita ao imposto no estabelecimento do remetente ou do prestador.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a I, II e III
- b I, III e V
- c I, II e IV
- d II, IV e V
- e III, IV e V

46. Assinale as proposições abaixo em Verdadeiro ou Falso, e a seguir, indique a opção que contém a sequência correta.

- () A execução de limpeza de veículos está sujeita ao pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).
- () O contribuinte poderá recompor sua conta gráfica quando for detectado erro que não resulte em recolhimento atrasado de imposto, bem como escriturar créditos a que tiver direito, não apropriados na época própria, desde que não esteja sob ação fiscal.
- () Para empresas com receita bruta de até R\$ 120.000,00, os estados e municípios podem definir valor fixo de ICMS e ISS, respectivamente.
- () Sairão com suspensão de ICMS as mercadorias remetidas pelo estabelecimento do produtor para o estabelecimento de Cooperativa de que faça parte, situada no mesmo Estado.

A sequência correta é:

- a V,V,V,V
- b F,V,V,F
- c V,V,F,F
- d F,F,V,V
- e F,F,F,F

47. Sobre o ICMS assinale a alternativa correta.

- a O ICMS incide sobre a entrada, no território do Estado, de petróleo, inclusive lubrificante e combustível líquido e gasoso dele derivados, e de energia elétrica, quando destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais.
- b Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento da entrada na repartição aduaneira das mercadorias ou bens importados do exterior.
- c O ICMS incide sobre a prestação de serviço de transporte interestadual e intramunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores.
- d Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento da utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado e esteja vinculada à operação ou prestação subsequente.
- e O ICMS incide sobre a prestação onerosa de serviço de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.

48. A respeito do ICMS assinale a alternativa correta.

- a** Equipara-se a contribuinte, para o efeito de cobrança do imposto referente ao diferencial de alíquota, qualquer pessoa jurídica que adquira mercadorias em outra unidade federada, com carga tributária correspondente à aplicação de alíquota interestadual, destinando-as à comercialização.
- b** As receitas decorrentes da venda de mercadorias sujeitas a substituição tributária integram a receita bruta acumulada para a definição do valor de ICMS devido por contribuinte optante pelo Simples Nacional.
- c** Operações com produtos cujo consumo depende de complemento de industrialização são tributadas pelo ICMS, ainda que destinados ao exterior.
- d** O imposto é cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores.
- e** Não integra a base de cálculo do ICMS o valor correspondente a juros recebidos pelo contribuinte a título de mora, por inadimplência de seu cliente, desde que calculado sobre o valor da saída da mercadoria e auferido após a ocorrência do fato gerador do imposto.

49. De acordo com a legislação tributária, assinale as proposições abaixo em Verdadeiro ou Falso, e a seguir indique a opção que contém a sequência correta.

- () O serviço de colocação de molduras está sujeito ao pagamento de ISS, exceto os materiais empregados, que ficam sujeitos ao ICMS.
- () A ratificação tácita dos convênios firmados no âmbito do CONFAZ ocorre quando a Unidade Federada não se manifesta quanto à ratificação do ato, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação dos convênios no Diário Oficial da União.
- () A norma que estabeleça condição mais favorável ao contribuinte será aplicada a quaisquer autuações fiscais com decisão pendente quanto à impugnação ou recurso administrativo que tenha sido apresentado.
- () Empresa de pequeno porte que se dedique à produção de charutos não pode recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional.

A sequência correta é:

- a** V,F,F,V
- b** F,V,F,V
- c** V,V,F,F
- d** V,F,V,F
- e** F,F,V,V

50. A respeito da compensação do ICMS, é correto afirmar que:

- a** o sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado, sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento for objeto de saída ou prestação de serviço tributada, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço.
- b** não dão direito a crédito as entradas de mercadorias ou utilização de serviços resultantes de operações ou prestações que se refiram a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento.
- c** os créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente deverão ser feitos à razão de sessenta avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento.
- d** é vedado o crédito relativo a mercadoria entrada no estabelecimento ou prestação de serviços a ele feita para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante for tributada pelo imposto, exceto se tratar de saída para o exterior.
- e** é permitido o crédito relativo a mercadoria entrada no estabelecimento ou prestação de serviços a ele feita para comercialização ou prestação de serviço, quando a saída ou a prestação subsequente estiverem isentas do imposto, exceto se tratar de saída para o exterior.

51. De acordo com os fundamentos previstos na Resolução CFC 1.374/11, que estabelece a estrutura conceitual básica da contabilidade, assinale as proposições abaixo em Verdadeiro ou Falso, e em seguida, indique a opção que contem a sequencia correta.

- () As informações contidas nos relatórios contábil-financeiros se destinam primariamente aos seguintes usuários externos: investidores, financiadores e outros credores, respeitando essa hierarquia de prioridade.
- () O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos.
- () Relatórios contábil-financeiro de propósito geral não são elaborados para se chegar ao valor da entidade que reporta a informação; a rigor, fornecem informação para auxiliar investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, a estimarem o valor da entidade que reporta a informação.
- () Usuários primários individuais têm diferentes, e possivelmente conflitantes desejos e necessidades de informação, por isso o Conselho Federal de Contabilidade, ao levar à frente o processo de produção de suas normas, irá procurar proporcionar um conjunto de informações que atenda às necessidades do número máximo de usuários primários. Contudo, a concentração em necessidades comuns de informação não impede que a entidade que reporta a informação preste informações adicionais que sejam mais úteis a um subconjunto particular de usuários primários.

A sequência correta é:

- a** F, F, V, F
b F, V, F, V
c F, V, V, V
d V, F, F, V
e V, V, F, F

52. Analise as informações contidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa a seguir:

DFC	Ano 1 (\$)	Ano 2 (\$)
Saldo de caixa operacional	80.000,	130.000,
Saldo de caixa de investimento	(150.000)	(100.000)
Saldo de caixa de financiamento	90.000,	(50.000)
Saldo de caixa do período	20.000,	(20.000,)
Saldo inicial de caixa	10.000,	30.000,
Saldo final de caixa	30.000,	10.000,

Com base na Demonstração dos Fluxos de Caixa acima, é CORRETO afirmar que:

- a** no primeiro ano, a atividade de financiamento é geradora de caixa e a atividade de investimento é consumidora de caixa, e a atividade operacional é a principal geradora de caixa da empresa.
- b** no primeiro ano, a atividade operacional e a atividade de financiamentos são consumidoras de caixa, então resta à atividade de investimento a função de geradora de caixa da empresa, contribuindo para melhoria do saldo final de caixa.
- c** no primeiro ano, a atividade operacional não gerou caixa suficiente para financiar os investimentos, por isso a empresa recorreu a uma segunda fonte como demonstra a atividade de financiamento, que é representada pelo capital de terceiros.
- d** no segundo ano, o fato do saldo do período ser negativo e do saldo final de caixa ser menor que no ano anterior, indica de que a gestão de caixa foi ineficiente em todas as atividades, se comparado com o primeiro ano.
- e** no segundo ano, por ter melhorado a geração de caixa operacional, combinado com uma menor aplicação na atividade de investimento, permitiu que a empresa saldasse parte de seus financiamentos, como exemplo, empréstimos bancários e dividendos a pagar.

53. A Comercial Oriximiná, que tem como atividade operacional a venda de móveis, registrou as seguintes transações no mês de agosto de 2013.

1. Obtenção de empréstimo bancário no valor de R\$100.000,00, a ser pago no fim do mês de agosto de 2013, acrescidos de juros de 5% para o período.
2. Aquisição de mercadorias, a prazo, no valor de R\$70.000,00.
3. Pagamento de salários referente à folha do mês de julho de 2013 no valor de R\$5.000,00.
4. Venda de mercadorias no valor total de R\$100.000,00 para diversos clientes. O custo de tais mercadorias foi R\$55.000,00.
5. Pagamento dos salários de agosto no valor de R\$15.000,00.
6. Recebimento de R\$90.000,00 referente às vendas a prazo nos meses de maio, junho e julho de 2013, com acréscimo de mais R\$3.000, referente a juros cobrados de clientes que fizeram o pagamento com atraso.
7. Gasto de R\$7.000,00 referente ao consumo de água, luz e telefone no mês de agosto, mas que serão pagos em setembro de 2013.

Considerando as transações do mês de agosto de 2013, o resultado do período apurado é:

- a** R\$16.000,00
- b** R\$18.000,00
- c** R\$21.000,00
- d** R\$23.000,00
- e** R\$26.000,00

54. Esses eram os saldos do patrimônio da sociedade empresária Abaetetuba S/A em 31/12/12:

Caixa e Equivalentes de Caixa \$150; Capital Social \$500; Custo dos Serviços Prestados \$200; Depreciação \$50; Depreciação Acumulada \$100; Desconto Financeiro Concedido \$100; Despesas Antecipadas \$50; Despesas de Salários \$800; Duplicatas a Receber \$200; Fornecedores \$500; Gastos com pesquisa de novos produtos \$50; Lucros Acumulados \$100; Móveis e Utensílios \$1.100; Receita de Serviços \$1.400; Receitas Financeiras \$100.

A apuração do resultado do período informará que houve:

- a** \$200 de lucro líquido
- b** \$250 de lucro líquido
- c** \$300 de lucro líquido
- d** \$350 de lucro líquido
- e** \$500 de lucro líquido

55. A Comercial Marajó Ltda. realizou as seguintes operações durante o mês setembro/13:

- Recebeu adiantamentos de clientes por serviços a serem prestados: \$500.000.
 - Serviços executados e entregues, pelos recebimentos antecipados \$300.000.
 - Serviços executados e entregues, mediante recebimento à vista: \$200.000.
 - Serviços executados e entregues, para recebimento a prazo: \$100.000.
 - Pagamento antecipado de seguros no valor de \$240.000, para cobertura por doze meses.
 - Consumo de \$20.000, de seguros pagos antecipadamente, referente à parcela de setembro/13.
 - Pagamento de \$180.000 de insumos consumidos no mês atual.
 - Consumo de \$300.000 de outros serviços que serão pagos somente no mês seguinte.
- O efeito dessas operações ao final do período (setembro/13) é:
- a** despesas do mês no valor de \$420.000, com base no regime de caixa.
 - b** despesas do mês no valor de \$740.000, com base no regime de competência.
 - c** receitas de serviços no valor de \$1.100.000 pelo regime de competência.
 - d** receitas de serviços no valor de \$500.000 pelo regime de caixa.
 - e** resultado do exercício de \$100 no regime de competência e \$580 no regime de caixa.

56. A sociedade empresária Altamira Ltda., especialista na venda de armas, realizou as seguintes aquisições de produtos no mês de agosto de 2013:

COMPRAS		
Data	Quantidade	Valor unitário
05/08/13	40	R\$30,00
10/08/13	50	R\$20,00
20/08/13	20	R\$25,00

Sabe-se que:

- A empresa não apresentava estoque inicial.
- No dia 15.08.2013, foram vendidas 60 unidades de produtos ao preço de R\$100,00 cada.
- Não será considerada a incidência de tributos nas operações de compra e venda.
- O critério de avaliação adotado para as mercadorias vendidas é o PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai).

O Lucro Bruto com a venda de Mercadorias, o Custo da Mercadoria Vendida e o Estoque Final, no dia 31.08.2013, são respectivamente de:

- a** R\$ 4.400,00; R\$ 1.600,00; R\$ 1.100,00
- b** R\$ 4.500,00; R\$ 1.500,00; R\$ 1.250,00
- c** R\$ 4.533,33; R\$ 1.466,67; R\$ 1.233,33
- d** R\$ 4.700,00; R\$ 1.300,00; R\$ 1.400,00
- e** R\$ 4.700,00; R\$ 1.600,00; R\$ 1.100,00

57. Quanto a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. A companhia de capital aberto com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.
- II. A DFC retrata o resultado econômico da empresa, enquanto a DRE retrata o resultado financeiro.
- III. A venda de imobilizado é uma operação que reduz o caixa de investimento, enquanto a integralização de capital pelos sócios representa aumento do caixa de financiamento.
- IV. Pagamento de empréstimos bancários (parcela principal) reduz o caixa de financiamento, enquanto o pagamento dos juros referente a esse empréstimo reduz o caixa operacional.
- V. Se o saldo do caixa operacional no período for positivo de \$10.000, e se o saldo do caixa de investimento for positivo de \$30.000, a empresa terá um saldo de caixa de financiamento positivo, numa situação em que não haja saldo inicial e nem saldo final em caixa.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** I, IV e V
b I, II e IV
c I, III e V
d II, III e IV
e I e IV

58. A sociedade empresária Jacundá & Acará Ltda., especialista na venda de peixes, adquiriu mercadorias para revenda com pagamento à vista. O valor total da Nota Fiscal do fornecedor foi de R\$110.000,00. Neste valor, estão incluídos R\$10.000,00 referentes a fretes e seguros e R\$15.000,00 referentes a impostos recuperáveis.

Assinale a opção que apresenta o lançamento da operação a ser realizado.

a	DÉBITO	Estoque de Mercadorias	R\$85.000,00
	DÉBITO	Impostos a Recuperar	R\$15.000,00
	DÉBITO	Despesa com Frete	R\$10.000,00
	CRÉDITO	Caixa	R\$95.000,00
	CRÉDITO	Impostos a pagar	R\$15.000,00

b	DÉBITO	Estoque de Mercadorias	R\$100.000,00
	DÉBITO	Despesa com Frete	R\$10.000,00
	CRÉDITO	Caixa	R\$110.000,00

c	DÉBITO	Estoque de Mercadorias	R\$110.000,00
	CRÉDITO	Caixa	R\$95.000,00
	CRÉDITO	Impostos a pagar	R\$15.000,00

d	DÉBITO	Estoque de Mercadorias	R\$95.000,00
	DÉBITO	Impostos a Recuperar	R\$15.000,00
	CRÉDITO	Caixa	R\$110.000,00

e	DÉBITO	Estoque de Mercadorias	R\$110.000,00
	CRÉDITO	Caixa	R\$110.000,00

59. Quanto a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Enquanto a receita financeira é considerada na primeira parte da DVA, que apura o valor adicionado a distribuir, a despesa financeira é retratada na segunda parte dessa demonstração, como remuneração de terceiros.
- II. A parcela distribuída aos colaboradores evidencia a remuneração destes em forma de salários, mas também inclui outros benefícios recebidos como, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, vale transporte e vale alimentação, plano de saúde e até os gastos com treinamento que a empresa proporciona a seus colaboradores.
- III. A segunda parte da DVA retratada a distribuição do valor adicionado aos seguintes agentes: colaboradores, governo, clientes, financiadores e acionistas.
- IV. A DVA passou a ser obrigatória no Brasil a partir da Lei 1.638/07 que alterou a Lei 1.164/76, mas apenas para as companhias abertas, ou seja, que negociam ações na bolsa de valores, apesar de não ser uma demonstração obrigatória pelas normas internacionais de contabilidade expedidas pelo IASB (International Accounting Standards Board).
- V. As perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, a depreciação do período e o resultado de equivalência patrimonial são três elementos que reduzem a apuração do valor adicionado a distribuir, na primeira parte da DVA.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** I, II e IV
- b** I, II, III e V
- c** I, III e V
- d** II, III e IV
- e** II, III e V

60. Suponha que a Comercial Marapanim, situada neste Estado, pretende confrontar o estoque físico com os registros nos livros contábeis obrigatórios e a documentação contábil necessária, para averiguar se o imposto sobre circulação de mercadorias está sendo recolhido corretamente. Tendo em vista o cenário descrito, os livros contábeis obrigatórios que devem ser confrontados com as documentações contábeis e o estoque físico são:

- a** livro de registro de entrada de mercadorias, livro de registro de entrada e saída de selo controle, livro de apuração do ICMS e livro de registro de saída de mercadorias.
- b** livro de registro de entrada de mercadorias, livro de apuração do IPI, livro de apuração do ICMS e livro de registro de inventário de estoques.
- c** livro de registro de entrada de mercadorias, livro de apuração do ICMS, livro de registro de saída de mercadorias e livro de registro de inventário de estoques.
- d** livro de registro de entrada de mercadorias, livro de apuração do IPI, livro de registro de saída de mercadorias e livro de registro de inventário de estoques.
- e** livro de registro de entrada de mercadorias, livro de registro de entrada e saída de selo controle, livro de registro de saída de mercadorias e livro de registro de inventário de estoques.

